



Anais da Assembléia

Nº 84

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 124ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1975

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Adalberto Daros, Ezequias Losso, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira e Osvaldo Macedo (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO ÚNICA — da Proposição nº 107/75, Veto apostado ao Projeto de Lei 111/74, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo conceder auxílio de Cr\$... 151.448,33 (cento e cinquenta e hum mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e trinta e três centavos), ao município de Arapongas, na forma que especifica. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram se levantar. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto e aprovam o veto, queiram levantar-se. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

17 Srs. Deputados votaram contra o veto; 13 Srs. Deputados pela manutenção do veto. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra extraordinária para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 108/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1975.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Adalberto Daros, Ezequias Losso, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira e Osvaldo Macedo (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nºs 138 a 144/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs: **192/74:**

Do Sr. ex-Deputado IRIS CALDART, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Desembargador AURÉLIO FEIJÓ, o qual convertido em Lei tomou o nº 6683. — **Agradeça-se.**

170/74:

Do Sr. Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO ESPÍRITA BENEFICIENTE JESUS MARIA JOSÉ, com sede e foro na cidade de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o nº 6688. — **Agradeça-se.**

107/74:

Do Sr. Deputado MAURICIO FRUET, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS – APAE, com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 6686. – **Agradeça-se.**

160/74:

Do Sr. Deputado LÁZARO DUMONT, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E BENEFICIENTE DE IBAIPORÃ o qual convertido em lei tomou o nº 6.682. – **Agradeça-se.**

196/74:

Do Sr. ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS IGREJAS DOS IRMÃOS MENONITAS DO BRASIL, com sede e foro nesta Capital. o qual convertido em Lei tomou o nº 6.685. – **Agradeça-se.**

165/74:

Do Sr. ex-Deputado IGO IWANT LOSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.684. – **Agradeça-se.**

174/74:

Do Sr. Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE LAR SÃO VICENTE DE PAULA, da cidade de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.699. – **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jahir Araújo, ocorrido ontem nesta cidade.

O extinto era conceituado homem de empresa, membro de tradicional família da cidade de Irati onde residiu por muitos anos, era bem relacionado, tanto naquela cidade como nesta Capital, graças às suas virtudes de cidadão íntegro, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação nos meios industriais e na sociedade paranaense.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, para o seguinte endereço: R. Abraham Lincoln, 66 Jardim Los Angeles - Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer à Mesa que ouvido o plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de ser destinada uma viatura à Delegacia de Polícia da cidade de Laranjeiras do Sul, tendo em vista a intensidade dos serviços naquele município e sua extensão geográfica.

Está a Polícia local quase impossibilitada de desempenhar seu relevante papel de segurança pública, o que vem motivando os constantes reclamos da população do interior.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, requer seja enviado apelo

ao Sr. Chefe do 9º Distrito Rodoviário do DNER, no sentido de uma fiscalização mais rigorosa nas Estradas do Paraná.

Justifica-se o presente requerimento, Sr. Presidente, o abuso de alguns proprietários de veículos nas faltas de lanternas e sinaleiros traseiros, o que vem causando grandes acidentes, principalmente nos entroncamentos das estradas do interior com as BR.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA

O SR. PRESIDENTE – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz, ao Pequeno Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna e gostaria de receber a atenção do Ilustre Líder do Governo nesta Casa, pelo fato que passo a relatar.

Em data de ontem, o ilustre vice-líder do Governo nesta Casa, passou às mãos de alguns Deputados, assunto referente à SANEPAR. E entre esse assunto estava o abastecimento de água, da cidade de Verê, que tenho também a honra de representar nesta Casa.

Srs. Deputados, parece chegado o momento de começar a pensar, em termos de Paraná, também em saneamento.

Segundo informações trazidas a esta Casa, a este Deputado com relação ao município de Verê e pelas próprias informações trazidas ontem, vemos o descabro em que se encontra o problema de saneamento neste Estado.

Srs. Deputados, a informação que temos em mãos é a seguinte: “a previsão do investimento na data da assinatura do contrato, dia 22 de maio de 74, foi de 250 mil cruzeiros, do qual a Prefeitura precisaria participar com 25 por cento, ou seja, 67.889,18. Pasmem, Srs. Deputados, o absurdo técnico, a incoerência técnica da SANEPAR, pois passado 1 ano e 2 meses, ela muda esse orçamento para 810 mil cruzeiros. Mais do que triplicou o orçamento inicial. Muitos dos Deputados aqui presentes já foram prefeitos e eu pergunto, como é possível admitir um município que o órgão que o assessora, no caso a SANEPAR, em apenas 1 ano e 2 meses triplique um orçamento a prioridade, uma importância para a qual assinou um contrato e com o qual pretende demonstrar que o município não tem razão.

Srs. Deputados, o Deputado Gilberto Carvalho, em defesa do Governo, trouxe também devidamente destacado item referente à Prefeitura de Verê. Aquela Prefeitura já fez todo pagamento e a informação da SANEPAR não diz quando serão iniciados os trabalhos.

Aquela Prefeitura já efetuou o pagamento, repito, foi agora taxada pela SANEPAR como responsável por esse pagamento feito, segundo a SANEPAR, antes de iniciar-se o trabalho quando o contrato previa apenas o início do pagamento por ocasião do início das obras.

Mas, como Deus não joga mas fiscaliza a própria SANEPAR informa que os serviços já foram iniciados, estando prontos os poços artesianos, nos quais gastou cerca de 150 mil cruzeiros.

Portanto, a incoerência total desta Companhia de Economia Mista, faz com que faça um apelo ao eminente líder do Governo nesta Casa, para que as informações que foram trazidas sejam claras, porque aqui não diz quando iniciará realmente o trabalho.

Enquanto o contrato diz da participação de 25 por cento e dando a importância de sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros, na outra folha diz que essa participação será cerca de duzentos mil cruzeiros.

Este é o apelo que faço ao Sr. Líder do Governo nesta Casa sem querer pois, infelizmente, os requerimentos que temos feito não têm sido respondidos e parece que para preservar a persona-

lidade deste Poder não adiantam requerimentos que não são respondidos, prefiro pois, abusar da amizade que tenho pelo ilustre líder do Governo, para que traga estes dados.

Infelizmente esses dados ontem fornecidos pelo Deputado Gilberto Carvalho, estão em contradição, pois enquanto informa que não foram iniciados os trabalhos e a Prefeitura ter adiantado o dinheiro, de outro lado, diz que foram os trabalhos iniciados e estão concluídos os poços artesianos.

Este o registro que queria fazer nesta Casa, pois como disse há alguns dias, esse Prefeito está encontrando dificuldades para prestar contas da verba que, antecipadamente, pagou à SANEPAR. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra para falar no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem a esta tribuna no dia de hoje. O primeiro deles relaciona-se com a posição tomada ontem nesta tribuna pelo ilustre Deputado da Arena, líder do Governo, Ivo Thomazoni. Ponderava S. Exa. através de um requerimento a ele destinado, através de um referendo dos Srs. Servidores desta Casa, com mais de uma centena de assinaturas, o qual continha, para este plenário, a predisposição de contrariedade dos servidores que ali apuseram sua assinatura com as palavras ditas por um companheiro nosso desta Casa, e que se referia a pessoas que não trabalhavam.

Nós, do Movimento Democrático Brasileiro, temos pelos servidores desta Casa e mesma simpatia que desfrutam por parte dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional, não poderíamos, de forma alguma, neste instante, deixar de hipotecar em nome do MDB, aquilo que os funcionários sempre o tiveram, que foi o respeito, a dignidade, a honestidade ao propósito de servir não só esta Casa, mas ao Paraná e não seria de um forma, ou de outra, um simples erro de português, onde se pronunciava, que ninguém trabalha ou que o número X não trabalha, que iria colocar os Srs. Deputados do MDB contra alguém com quem nós realmente estamos nos identificando, não no mandato, mas fora dele, nas nossas atividades particulares.

Então, neste instante, em referência ao posicionamento do nobre líder da ARENA, aqui está o respaldo de todos os Srs. Deputados do MDB.

Tivemos, nas palavras do ilustre líder, o referendo nosso e o nosso companheiro o Deputado que se referiu ao número que não trabalha, foi pela meta, aqui registrada pela taquigrafia, como sendo que ninguém trabalhasse.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, inicialmente cumprimento V. Exa. pela solidariedade que dá aos funcionários desta Casa, em nome de toda a bancada do MDB.

Queria neste aparte que pretende ser breve, apenas significar que quando pedi que constasse dos Anais da Casa aquele documento que me parece também respeitoso, eu não tive qualquer intenção de colocar qualquer das bancadas em posição de antagonismo ao funcionalismo desta Casa, pelo contrário, e disse bem quando me referi ao Sr. Deputado autor daquela declaração, que, aquela declaração foi feita no momento de ânimos acirrados quando se discutia matéria controvertida nesta Casa, e, também não me permiti sequer a veleidade de censurar o eminente Deputado que eu respeito demais, preso, por quem tenho muita amizade. Tão somente houve um episódio fruto dos ânimos exaltados que eu quero crer, com a inserção na ata dos trabalhos de ontem daquele documento subscrito por Deputados responsáveis foi de desagravo à classe.

Nada mais do que isto, mesmo porque eu tenho sido testemunha do tratamento sempre lano que a bancada do MDB tem dispensado a toda a classe funcional desta Casa; aliás, eu tenho

certeza que os funcionários têm procurado retribuir da mesma forma.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Ivo Thomazoni e queremos, Sr. Presidente, passar ao segundo assunto, que se relaciona à nossa cidade, à nossa representação, à cidade de Ponta Grossa, no exato momento em que o General Samuel Augusto Alves Correia — Comandante da 5ª Região Militar — aproveita o ensejo da posse do ex-Deputado Estadual Marino Pereira na Presidência do Linos Club, para lançar uma das mais importantes campanhas que temos notícia na história do turismo deste País, numa verdadeira colocação da Nação para a expansão do turismo interno, na afirmação de que “conheça o Brasil, para poder amá-lo”.

Neste exato momento uma empresa deste Governo, uma empresa encarregada de desenvolver e promover o turismo no Paraná, mais particularmente a PARANATUR do Estado, e nós somos testemunhas de uma das mais negativas administrações, no sentido de turismo da nossa história — estivemos antes de fazer este pronunciamento, em contacto com Sua Excelência o Sr. Deputado Accioly Neto e ele nos dizia dos propósitos em servir ao Paraná — e que nós estamos demonstrando neste instante, demonstrando de que o Governo fez e está fazendo, entrega de uma autarquia, que é a PARANATUR, a um seu companheiro político, sem vivência de turismo internacional, deixando de lado homens que poderiam evitar os erros, enganos e anomalias que estão acontecendo no turismo paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós representamos o município que teve a dádiva de Deus de receber uma das maiores maravilhas do turismo nacional, que é Vila Velha, onde o turismo tem a oportunidade de oferecer um dos locais mais lindos do mundo em turismo brasileiro e estrangeiro, para quem nos visita. Mas, se Deus foi pródigo com Ponta Grossa, igual dádiva a minha cidade dos Campos Gerais, não recebe dos homens encarregados de promover este turismo e que nem sabem que Vila Velha fica no município de Ponta Grossa, distante 15 quilômetros do centro da cidade e que minha cidade é uma das mais robustas do Estado do Paraná, em infra-estrutura de hotéis e restaurantes. Aí venho à tribuna, com grande melancolia, que é gerada por uma reportagem que li na importante revista de turismo, “Quatro Rodas”, o mais atualizado órgão da imprensa de turismo brasileiro, certamente louvado nas informações deste verdadeiro gênio enviado pela PARANATUR, para ajudar a construir nossa infra-estrutura de turismo, coloca Ponta Grossa numa posição muito difícil diante do turista, vendo na reportagem da revista que a cidade de Ponta Grossa é pobre em estabelecimentos hoteleiros e principalmente em restaurantes. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. é testemunha que Ponta Grossa possui muitos hotéis de categoria internacional, restaurantes de gabarito e churrascarias onde, sem falsa modéstia, come-se a melhor carne da América Latina, a carne dos pastos portenhos. Foi coisa desta Revista “Quatro Rodas”, assessorada por gente que está vinculada à PARANATUR. Nós, que representamos Ponta Grossa, não admitimos que alguma coisa, principalmente inverdades, seja inserida em uma revista de âmbito internacional, como é “Quatro Rodas”, para fazer que o município como é o meu, este quadrante do Paraná que é Ponta Grossa, seja danificado por aquilo, que se estimula em Ponta Grossa.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Solicito este aparte para me permitir, com a devida vênia, proceder alguns reparos em sua exposição, para que não se cometa, em nome de um pronunciamento, que eu quero, como paranaense, aplaudir, pois visa defender o turismo do Paraná, se cometa uma injustiça em relação à PARANATUR. Não desconhece V. Exa. que a PARANATUR, Empresa Paranaense de Turismo, é uma entidade relativamente nova e que iniciou as suas

atividades há bem pouco tempo no sentido de coordenar o turismo em nosso Estado. A sua própria estrutura de empresa deixa muito a desejar, pois não permite que se realize a contento, uma programação ampla e definida em termos de objetivos, com relação à prática do turismo do Estado do Paraná.

Na gestão anterior, o então Presidente da PARANATUR praticamente, procurou dar uma estrutura definida que até então inexistia no Paraná. A atual gestão está procurando desenvolver no setor do turismo do Paraná um plano diretor que foi executado pela Secretaria de Planejamento. Este plano diretor tem um detalhe especial para Vila Velha com uma rubrica especial Plano Diretor Turístico de Vila Velha, e que está sendo exaustivamente debatido por técnicos de turismo, não só a própria PARANATUR como a Secretaria de Planejamento, além de outros pertencentes a entidades congêneres, o Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, notadamente que, creio eu, fará com que, posto em execução, permita que Vila Velha receba em melhores condições o grande fluxo de turistas que ali diariamente comparecem.

Com referência à publicação da revista "Quatro Rodas", conforme havia anteriormente dito a V. Exa., em consulta que fiz à PARANATUR, fui informado que de a empresa não foi ouvida em relação a hotéis, bares, restaurantes, locais de turismo e assim por diante, e que esta informação que consta da revista foi coletada por jornalistas desta revista que, lá em Ponta Grossa se informaram com pessoas e com a própria Prefeitura Municipal.

Declaro que a crítica de V. Exa. é válida na medida em que esta revista deixou de incluir alguns roteiros turísticos ou alguns locais que poderiam propiciar aos turistas melhores condições de hospedagem.

Mas creio eu, que além desta revista escolher estabelecimentos ou locais que entende prioritários para o turista, ela costuma também relacionar outros, que possivelmente decorrem de um acerto comercial. Isto é, se determinado hotel pretende ver o seu nome na relação daqueles estabelecimentos que têm três estrelas, quatro estrelas, isso é a palavra correta para efeito de turismo, ele naturalmente paga por esta publicação, à revista.

De sorte que, não consigo ver nenhuma vinculação entre a PARANATUR e esta publicação da revista "Quatro Rodas". Mais ainda, em relação à Vila Velha, posso informar a V. Exa. que atendendo pedido do Automóvel Clube de Ponta Grossa, a atual administração da PARANATUR, reabriu a pista de carter para treinamento de competições.

E que também vai introduzir melhoramentos no cartódromo a fim de possibilitar que a pista que é em Vila Velha permita que ali se realize competições nacionais.

Ainda que quando da composição do roteiro turístico integrado do Extremo Sul, promoção conjunta Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Vila Velha foi incluída com destaque neste roteiro, com grande promoção institucional de seus atrativos e vai ser elaborado este roteiro visando aumentar o número de visitantes.

Era isto que pretendia dizer a V. Exa. a título de reparo e no mais me coloco a seu lado nesta reivindicação que faz de uma atenção maior que está para merecer, não só Vila Velha, mas o município de Ponta Grossa, que tem outros locais de turismo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Accioly Neto e queremos dizer que nos folhetos que encontramos da PARANATUR, a não ser que mude de hoje em diante, Vila Velha está distante 80 km de Curitiba e esquecem que Ponta Grossa está às portas de Vila Velha. Esta atração turística está no município de Ponta Grossa. O que constatamos, e os Senhores são testemunhas, é que a PARANATUR em administrações passadas e esta que aí está implantada, gastou verdadeira fortuna nas Águas de Santa Clara e para que se usufrua desta fortuna gasta, uma camada "A" da sociedade paranaense e brasileira.

Pessoalmente lá estive e não tenho condições de fazer uma estação de águas naquele local, porque a diária é mais cara do que a dos hotéis de classe internacional de Foz do Iguaçu.

E ali em Guarapuava, em Santa Clara, de quem é a administração do Hotel? Da PARANATUR. Quem tem condições de frequentar aquele Hotel? Creio que nesta Casa, podem-se contar contar as poucas pessoas que têm condições financeiras para se fazerem presentes ali.

O que estamos vendo é que o turismo do Paraná está abandonado e vemos o esvaziamento de Foz do Iguaçu neste último mês de julho. E não são palavras nossas, mas testemunho de turistas e hoteleiros de Foz do Iguaçu. E a melhor prova é que a nossa política de turismo está mal orientada, mal feita.

O que queremos dizer a esta Casa, o que queremos dizer, ao Presidente da PARANATUR é que nós, que representamos um município do Paraná, temos a obrigação de dar uma amostra de nossa fiscalização sobre atos deste ou daquele órgão e queremos contribuir com a PARANATUR.

Em contacto com o Deputado Accioly Neto, espúnhamos que nossa presença nesta tribuna com referência àquela matéria inserida na revista "Quatro Rodas", se fazia tão necessária quanto a nossa presença também com relação ao Balneário de Santa Clara.

Não admitimos que se gaste dinheiro do povo, como foi feito no município de Guarapuava, mais precisamente em Santa Clara, onde foi implantada uma grande fortuna, sem que o povo possa desfrutar deste dinheiro, pois não tem condições de pagar o alto custo, principalmente de permanência.

O que queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que os grandes homens que comandam essa empresa promovam o turismo no Paraná. E estamos prontos a ajudá-los, a fim de evitar que problemas sejam criados.

Vamos resolver o problema do turismo no Paraná, Porque, muitas cidades estão sendo prejudicadas, não só Ponta Grossa, e também estão sendo prejudicados os turistas que aqui aportam de todos os quadrantes do território nacional.

Queremos, mais uma vez, hipotecar nossa solidariedade ao General Samuel Augusto Alves Correia, que mostrou, com suas declarações, ser, acima de tudo, um grande patriota.

Vamos mostrar as belezas turísticas do nosso Interior, a todos os brasileiros.

Vamos mostrar Vila Velha da nossa Ponta Grossa, que oferece aos turistas que a visitam, grandes hotéis, bons restaurantes e onde um povo hospitaleiro está de braços abertos, pronto para receber todos os turistas que lá aportam, indistintamente. É isso o que queremos, o que desejamos, porque a PARANATUR, até agora, ainda não acordou em termos de Vila Velha, está esboçando um plano para dar ao Paraná, o sustentáculo do turismo nacional, nós queremos ajudar a PARANATUR para que esse plano de turismo seja, o mais brevemente possível, implantado em nosso território.

Porque, todos os Srs. Deputados são testemunhas, de que se continuar este estado de coisa, como se encontra o turismo neste Estado, só existe um caminho que se deve seguir, e que é um provérbio muito usado em nossa região: "a porta é a serventia da casa".

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 46 Senhores Deputados.

O SR. LÚCIO MACHADO - (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada).

Responderam a chamada 34 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e consequente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/74, de autoria do Deputado Iris Caldart, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Beneficente da Paróquia de São Cristóvão, cidade de Cascavel. Parecer favorável da CCJ. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 40/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da CCJ, e CF. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 52/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 102/75, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cambira, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquela comuna. Parecer favorável da CCJ. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/74, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que dispõe sobre licenciamento ou afastamento de servidores do Estado no que tange o parágrafo 4º, do Artigo 9º, do Decreto nº 12491, de 05 de outubro de 1968. Pareceres favoráveis da CCJ, e CF. Com SUBSTITUTIVO. - **Aprovado com substitutivo, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/73, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública, o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., da cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 131/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - S.O.S., da cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Ponta Grossa possui inúmeros congêneres em todo o Brasil. Suas finalidades são as mais meritórias e nobres. Propõe-se a desenvolver esforços no sentido de proporcionar, indistintamente, amparo às famílias necessitadas tanto econômica como moralmente. Dentro desta problemática muito necessita o Estado de que a atividade privada o auxilie. O trabalho que desenvolve o S.O.S. tem duplo valor, pois que atuando agora num propósito de recuperação, possibilita que tenhamos uma geração futura perfeitamente enquadrada dentro da boa conduta social. Então nada mais justo que o Poder Público outorgue-lhe o reconhecimento de utilidade pública, habilitando-os aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio dos nossos pares ao presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/73

I - A justificativa apresentada pelo autor retrata bem a finalidade que rege a entidade enfocada, que se pretende declarar de utilidade pública.

II - Do ponto de vista legal ou constitucional, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nenhum impedimento existe, uma que o Serviço de Obras Sociais, de Ponta Grossa, está enquadrado nos termos dispostos na Lei nº 4399, de 17 de agosto de 1961 e o Decreto Federal 50517 de 2 de maio de 1961, que regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

Pela Aprovação é o Parecer.

Sala das Reuniões, em 04 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) NILSO SGUAREZI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 131/73

PARECER

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado David Federmann, declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., da cidade de Ponta Grossa.

Não decorre para a entidade acima mencionada nenhuma vantagem financeira e, assim, no âmbito desta Comissão de Finanças, nada existe que possa obstar a sua tramitação por esta Casa.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou favoravelmente à matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

a) GILBERTO CARVALHO - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jahir Araújo. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Chefe do 9º Distrito Rodoviário do DNER, no sentido de encarecer uma fiscalização rigorosa nas estradas de Paranaguá. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de destinar uma viatura à Delegacia de Polícia da cidade de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura e ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de ser estudada a possibilidade da construção de um prédio escolar na localidade de Santa Inês, no distrito de Itacorá, município de São Miguel do Iguaçu. - **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ODEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nº 52/75 e de Lei nº 189/74.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/73.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 79/74.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 15, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução nº 49/75 e de Lei nºs 121/74, 7/75 e 39/75.

Levanta-se a Sessão.

ATAS:

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO POLO PETROQUÍMICO

Ata da 1ª Reunião.

Aos vinte e seis dias de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório da Assembléia Legislativa, às dez horas, reuniu-se a Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo e contando com as presenças de diversos Senhores Deputados, do Senhor Doutor Luiz Gonzaga Pinto, Secretário de Estado dos Negócios de Indústria e Comércio e do Senhor Doutor Luiz Antonio Faiet, Diretor Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, como convidados especiais. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião. Todas as explanações e debates da presente reunião se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar eu Lóris Cordeiro de Barros, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

aa) JORGE SATO

LINEU TURRA

MAURÍCIO FRUET

ARAGÃO MATOS LEÃO

a) Lóris Cordeiro de Barros – secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO POLO PETROQUÍMICO

Ata da 2ª Reunião

Aos três dias do mês de julho de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala da Reunião das Comissões, às dez horas, reuniu-se a Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo e contando com as presenças dos Senhores Deputados Aragão de Matos Leão, Maurício Fruet, Jorge Sato, e Lineu Turra. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião e após ouvir o pronunciamento dos Senhores Deputados Membros desta Comissão, concluiu que as reivindicações foram equilibradas, tanto políticas como técnicas, mas que o fator preponderante se deve às características exclusivamente técnicas, para que o III Polo Petroquímico seja implantado em nosso Estado e que as providências tomadas para esse fim crescem. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, e para constar eu Lóris Cordeiro Barros, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) Lóris Cordeiro de Barros – secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO POLO PETROQUÍMICO

Ata da 3ª Reunião

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de hum mil no-

centos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dez horas, reuniu-se a Comissão Especial de Implantação do Polo Petroquímico, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo e contando com as presenças dos Senhores Deputados Aragão de Matos Leão, Maurício Fruet, Jorge Sato, e Lineu Turra. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, tendo sido proposto o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel – Digníssimo Presidente da República, o qual foi aprovado por unanimidade, cujo teor se encontra em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, e para constar eu Lóris Cordeiro de Barros, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim secretário para que produza os efeitos legais.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) Lóris Cordeiro de Barros – Secretário

PORTARIA Nº 435/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7528/75, de 31 de julho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, REGINA IONE SILVEIRA DA COSTA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, até 28 de novembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 8 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 436/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7800/75, de 7 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, à funcionária HILDA GUIOMAR ARGUELLO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o período compreendido de 1º a 30 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 437/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7672/75, de 5 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, ocupante do cargo de Advogado, nível PL “30”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido de 05 a 31 de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral